

Diálogo e comunicação social

Uma vitória do diálogo. Foi assim que o Presidente da ABRAPP, Mizael Matos Vaz, descreveu o adiamento do primeiro prazo dado pelo governo para a compra compulsória de Certificados de Privatização, e o início, a partir daí, de um novo período que poderá vir a ser ocupado por negociações mais intensas.

Para chegar a este resultado os dirigentes da ABRAPP bateram em todas as portas que se mostraram sensíveis em Brasília e no Rio, tanto a nível de governo como de mercado financeiro. Mizael e seus companheiros de Diretoria levaram palavras de esclarecimento o mais longe e da forma mais intensa possível.

Tudo isso acompanhado de uma ampla divulgação pela imprensa, de forma a tornar mais eficiente o trabalho realizado



Mizael Matos Vaz

sobre as autoridades. Pelos jornais e revistas o Presidente Mizael informou corretamente a opinião pública, na qual se incluem naturalmente os nossos participantes, sobre fórmulas de substituir os CPs ou de tornar a sua aquisição menos traumática. Foi um trabalho de catequese.

Nesse período tiveram lugar sete encontros pessoais com jornalistas, do que resultaram 20 matérias publicadas, algumas delas produzidas também dos 41 releases distribuídos às redações. Foram publicados ainda dois artigos, o primeiro mostrando como os fundos de pensão podem ser aliados importantes no processo de privatização e o segundo alinhando fortes argumentos contra a obrigatoriedade da contratação de administradores externos para as carteiras.

No fronte interno os diretores não ficaram um dia sem receber via fax o DIÁRIO ABRAPP, informação rápida que lhes permitiu também reações prontas. Nesse mesmo período o JORNAL ABRAPP tornou-se quinzenal, enquanto o TELENOTÍCIAS prosseguia o seu trabalho de informar semanalmente os associados.

Artigo: Trabalhar juntos

Sou daqueles que acreditam firmemente na união das entidades fechadas de previdência privada, sejam elas do setor estatal, com patrocinadoras federais ou estaduais, sejam do setor privado, com patrocinadoras nacionais ou multinacionais. Uma vez estabelecida, uma EFPP tem vida própria, pertencendo o seu patrimônio aos participantes.

Afinal, todas as EFPPs se destinam à proteção do participante, objetivo que as une numa única família de inequívoca vocação social. Só esse laço seria suficiente para enterrar qualquer divisão, caso ela existisse, o que não é certamente o caso. Vale lembrar, uma divisão de forças não apenas significaria duvidar dos fortes laços que nos unem a partir do objetivo comum de dar proteção ao trabalhador, como constituiria um



Klaus Lege

formidável obstáculo a este mesmo trabalho em benefício do Sistema de Previdência Privada. E numa hora em que somos vítimas de tantas incompREENSões, é claro que a última coisa que gostaríamos de ter são novos problemas.

Para essa união muito está contribuindo o atual esforço de comunicação social, na medida em que este nos tem proporcionado um maior conhecimento mútuo e por parte da opinião pública. Igual contribuição, tenho certeza, poderia vir de um código de ética, que favoreceria sempre uma maior transparência. Como sabemos, onde não há lugar para a suspeita as coisas tendem a caminhar melhor. Ao mesmo tempo que, com essa forma de auto-regulação, evitariam que o governo viesse interferir, tentando nos ensinar coisas que estamos cansados de saber.

É por compreender tudo isto que nos mantemos unidos e fortes. O próprio fato de uma mesma pessoa exercer a vice-presidência da ABRAPP e da entidade representativa dos fundos de pensão patrocinados por empresas privadas é indicativo da solidez dos laços que nos unem. Nossa união é tão forte, que nos permite compreender a busca de um mesmo objetivo através de caminhos às vezes diferentes. Uma diferença que não persiste além do